

Processo	00083-2007-054-03-00-7 RO		<a href="#">Ver</a>	<a href="#">Inteiro</a>	<a href="#">Ver</a>	<a href="#">Ver</a>
			<a href="#">Teor</a>	<a href="#">Andamento</a>	<a href="#">Sentença</a>	
Data de Publicação	01/03/2008	DJMG	Página: 14			
Órgão Julgador	Quarta Turma					
Relator	Convocada Maria Cristina Diniz Caixeta					
Revisor	Convocado Antônio Carlos Rodrigues Filho					
Tema	CLÁUSULA COLETIVA - VALIDADE					

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CLÁUSULA CONVENCIONAL PROIBITIVA DA ASSINALAÇÃO DO REGISTRO MECÂNICO DE PONTO. INCOMPATIBILIDADE EVIDENTE COM A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. AFRONTA ÀS GARANTIAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS NA NORMA CONSOLIDADA -** O reconhecimento constitucional das convenções coletivas de trabalho tem limites no art. 8º, inciso III da Magna Carta, cabendo ao respectivo sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria que representa. Mas quando o órgão representativo obreiro subscreve as Convenções Coletivas que mitigam direitos de sua própria categoria, sem contrapartida evidente nos mesmos instrumentos, razoável concluir pelo descumprimento da própria missão que constitucionalmente lhe foi conferida. Incompatível com a legislação trabalhista a cláusula, reiteradamente vigente, proibitiva da assinalação do registro mecânico de ponto pelos empregados ocupantes de cargos hierarquicamente inferiores aos de gerente, em última análise em detrimento dos interesses da própria classe representada, merece decote o excesso. A liberdade sindical para formalizar convenção ou acordo coletivo em nome da respectiva categoria não se trata de um direito absoluto, posto que deverá ser exercido dentro dos limites dos interesses daquela, motivo primordial da impossível invocação do artigo 7º, inciso XXVI, também da Constituição Federal, como forma de legitimação de toda e qualquer cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que, sob roupagem da flexibilização, seja lesiva aos interesses sociais e individuais indisponíveis dos empregados. Nesse norte se situa a solução da quaestio, porque indubiosamente o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho não pode ser utilizado como mecanismo prejudicial àqueles que objetiva proteger.

